

GRACILIANO FONTINO LORDÃO: UM PROFESSOR 'DE CÔR' NA PARAHYBA DO NORTE

GRACILIANO FONTINO LORDÃO: A BLACK TEACHER IN PARAHYBA DO NORTE/BRAZIL
GRACILIANO FONTINO LORDÃO: UN MAESTRO 'DE COLOR' EN PARAHYBA DO NORTE/BRASIL

Surya Pombo Aaranovich Barros
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

Resumo: À luz da história da educação da população negra, refletiremos sobre a importância da 'cor' no magistério oitocentista a partir da trajetória docente de Graciliano Fontino Lordão, filho de mulher negra e frei católico. Aluno de primeiras letras, estudante no Liceu, professor particular, mestre autorizado pelo governo, professor público, deputado, dirigente do Partido Liberal, funcionário público e 'coronel', a experiência será analisada em fontes como livros memorialistas, imprensa e documentos da instrução pública com aportes da história social da educação e da micro-história. Tal docência foi permeada pela origem negra, a exemplo de outros sujeitos que ascenderam social e educacionalmente numa sociedade em que imperava a ordem escravista, informando sobre possibilidades em ser 'de côr' no Brasil imperial.

Palavras-chave: história da educação, professor negro, Paraíba, Brasil Império.

Abstract: In light of the history of the education of the black population, we will reflect on the importance of 'color' in the nineteenth-century magisterium from the teaching trajectory of Graciliano Fontino Lordão, son of a black woman and a Catholic priest. Sources such as books of memorialists, press and documents of the administration with contributions of the social history of education and microhistory enables to approach his experiences, demonstrating they were permeated by his black origin, like other men who ascended socially and educationally in a society in which the slave order prevailed, informing about different possibilities of being black in Brazilian empire.

Keywords: history of education, black teacher, Paraíba, Empire of Brazil.

Resumen: A la luz de la historia de la educación de la población negra, reflexionaremos sobre la importancia del "color" en el magisterio ochocentista a partir de la trayectoria docente del hijo de mujer negra y frey católico. Alumno de primeras letras, estudiante en el Liceo, maestro particular, maestro autorizado por el gobierno, maestro público, diputado, dirigente del Partido Liberal, funcionario público y "coronel", su experiencia será analizada en fuentes como libros de memorialistas, prensa y documentos de la instrucción pública con aportes de la historia social de la educación y de la micro-historia. Esta docencia fue impregnada por el origen negro, como otros sujetos que ascendieron social y educacionalmente en una sociedad donde imperaba el orden esclavista, informando sobre posibilidades en ser "de color" en Brasil imperial.

Palabras clave: Historia de la Educación; Maestro negro; Paraíba; Brasil Imperio.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre o impacto da cor na trajetória docente de um professor paraibano na segunda metade do século XIX é o principal objetivo deste artigo, que se insere no debate sobre a presença negra na educação brasileira. A ausência dessa parcela da população na historiografia da educação vem sendo revista nas duas últimas décadas. Se até o final dos anos 1990 as pesquisas empreendidas pouco levavam em consideração a variável cor-raça, atualmente o quadro é outro. Por motivos largamente debatidos (Fonseca, 2007; Barros, 2015), já não é preciso justificar o componente racial como de crucial interesse para o entendimento da educação no Brasil, uma vez que a área absorveu a questão. O aumento de negros como protagonistas da história da educação pode ser observado em livros, projetos de pesquisas, produções acadêmicas, alcançando inclusive um público mais amplo por meio de jornais e revistas de cunho comercial. Tais trabalhos versam do período colonial ao século XXI, abarcando todas as regiões brasileiras e sendo realizados em diferentes níveis de análise. Dentro do espectro 'história da educação da população negra', as questões variam. Recorrentes na historiografia, os temas da infância, gênero, docência, instituições e legislações, por exemplo, vêm sendo associados à questão racial. As pesquisas também procuram mostrar as possibilidades implícitas no termo 'negro': escravos, livres, libertos, africanos livres, pretos, pardos, quilombolas são analisados em suas especificidades.

Uma questão emergente nesses estudos é a existência de pessoas de origem negra que se destacaram por sua inserção no universo letrado, alcançando projeção em áreas como literatura, jornalismo, advocacia e docência. Praticamente todos os homens, esses protagonistas nasceram e atuaram entre a segunda metade do século XIX e início do século XX e participaram de debates sobre temas como política, desenvolvimento do país e abolicionismo ainda num período em que vigorava a escravidão. Entre as experiências compartilhadas por esses sujeitos, além da origem racial, é patente a proximidade com o universo educacional e o desempenho do magistério. Pretendemos contribuir com esse debate, discutindo a especificidade de ser negro e professor no século XIX. Para isso, acompanharemos a existência de um personagem que viveu entre 1844 e 1906 na província da Parahyba do Norte: Graciliano Fontino Lordão. Chamado pelos contemporâneos de 'pardo' ou 'de cor' a depender do informante, filho de uma mulher negra com um clérigo católico, Lordão se destacou em sua época: foi professor, deputado, escreveu na imprensa local, atuou na administração pública, possuiu terras e morreu portando o título de 'coronel'.

Pretendemos, a partir de Lordão, refletir sobre a presença de homens e mulheres de origem negra como sujeitos da história da educação da província e, mais especificamente, pensar como a origem racial é um dos componentes possíveis

para se analisar o magistério oitocentista. Operamos com fontes diversas, especialmente a imprensa paraibana, a documentação da administração provincial referente à instrução e a literatura produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Ademais, aproveitamos a contribuição das pesquisas sobre intelectuais negros no Brasil e as investigações mais recentes sobre letrados negros no campo da história da educação. Os conceitos de ‘experiência’ e ‘costumes’, na acepção de E. P. Thompson, funcionam como aporte teórico do trabalho. Como procedimento metodológico, nos valem das contribuições da micro-história italiana, especialmente das formulações de Carlo Ginzburg e Edoardo Grendi. O ‘fio do nome’, assim como o ‘paradigma indiciário’ foram ferramentas que possibilitaram acompanhar a trajetória de Lordão pela sociedade paraibana na segunda metade do século XIX e primeiros anos do período republicano.

O texto será desenvolvido da seguinte maneira: abordaremos a categoria ‘letrados negros’, fazendo referência a um conjunto de homens na Parahyba do Norte na segunda metade do século XIX; em seguida, apresentaremos a trajetória de Graciliano Fontino Lordão, a fim de mostrar sua inserção naquela sociedade; finalmente, discutiremos episódios da vida docente de Lordão, realçando o pertencimento racial do personagem como componente para analisar sua experiência docente. Como considerações finais, debateremos como esse sujeito exemplifica diferentes possibilidades de ser negro no Império e que existem muitas maneiras de investigar sobre a instrução e a cultura letrada no período.

LETRADOS NEGROS NO IMPÉRIO DO BRASIL E NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE

Como afirmamos, entre final dos anos 1990 e primeira década do século XXI a historiografia da educação passou a agregar pessoas negras entre sujeitos de práticas educacionais, de legislações e como agentes de processos envolvendo a instrução. A compreensão relativamente tardia da importância dessa parcela da população brasileira e sua relação com a educação foi fruto de diversas questões que podem ser assim resumidas: aprofundamento da discussão sobre relações raciais e educação, ocorrido no início do século XXI; superação da ideia de que a escola brasileira teria incorporado camadas populares apenas a partir de sua universalização, ocorrida na segunda metade do século XX (nessa acepção, pobres teriam sido alijados da escola e entre eles, os negros); paulatino ingresso de pesquisadores (as) negros (as) na pós-graduação, alavancando pesquisas na área (Cruz, 2005); avanço na interpretação sobre legislação imperial, abandonando a ideia de que ‘negros’ teriam sido proibidos de se matricular e frequentar escolas (Barros, 2016); e finalmente, superação da sinonímia entre negro e escravo (e suas derivações: libertos, ingênuos, livres, africanos) (Veiga, 2008).

A existência de homens negros proeminentes, atuando desde o período em que ainda vigia a escravidão, deixou de ser vista como excepcional. A historiografia incorporou esses sujeitos, sob a categoria de 'intelectuais negros', 'letrados negros' ou 'literatos negros'. A notoriedade que obtiveram especialmente na transição do Império para a República e nas primeiras décadas do regime republicano no Brasil vem ganhando espaço nas preocupações de pesquisadores da área. Pinto e Schueler (2012, p. 536) destacam que

Atuando em sociedades e associações abolicionistas, beneficentes, operárias ou de auxílio mútuo e, com grande repercussão, na imprensa e no jornalismo, intelectuais negros disputaram e veicularam projetos de reformas sociais, incluindo a educação de negros, escravos, livres e libertos. Participaram e contribuíram nas lutas pela elaboração de políticas de inserção dos negros no processo de abolição e pós-abolição, num contexto de reorganização do trabalho, de efervescência dos debates sobre república, raça, nação e cidadania. Momento no qual a questão educacional se destacava como bandeira presente em vários projetos de Brasil em disputa.

Tais figuras atuaram nas mais diversas províncias de diferentes regiões do país e foram transformados em sujeitos de pesquisas da história da educação brasileira tais como Philippe José Alberto Júnior (Villela, 2012), De Chocolat (Pinto, 2014), André Rebouças (Pinto & Schueler, 2012), Manuel Querino e José do Patrocínio (Schueler, 2013, 2014), Padre Vitor (Fonseca, 2015), Nascimento Moraes (Cruz, 2016), Israel Soares (Silva, 2017), entre outros. Esse conjunto de experiências também foi agrupado sob a denominação de 'literatos negros' na perspectiva da história social da escravidão e pós-abolição (Pinto, 2014).

O reconhecimento de que pessoas negras ocuparam espaços importantes no âmbito do universo letrado também pode ser referido na história da educação sobre a província da Parahyba do Norte. Um conjunto de homens nascidos no século XIX se destaca na documentação e vem sendo alvo de investigações. Uma fonte que permite acessar sua existência é o livro *Homens do Brasil em todos os ramos da atividade e do saber, de 1500 aos nossos dias*, de Manuel Liberato Bittencourt (1914), parte da Coleção de Obras Raras - Biblioteca Paraibana, na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. O compêndio contém centenas de pequenas biografias de homens e de algumas mulheres (em número significativamente menor que os primeiros) que se destacaram ao longo da história paraibana, de acordo com o entendimento do autor (ou de seus informantes), que o realizou no início do século XX. Ao lado de nomes completos, natalícios e óbitos, formações e feitos mais importantes, as marcas do pertencimento racial de alguns dos personagens sobressaem, e ao mesmo tempo não existem nos demais retratados pelo livro (indicando serem considerados brancos pelos contemporâneos). Encontramos poucas referências à produção da obra, com exceção do nome e bibliografia do autor

do livro. Não há registros sobre as condições de produção, da mesma forma que o escritor silencia sobre como teve acesso às histórias dos retratados, suas fontes de pesquisa ou quem teria fornecido as informações para que ele, de origem catarinense e radicado no Rio de Janeiro, elencasse os paraibanos notáveis que mereciam constar no rol dos personagens ilustres. Apesar disso, a obra é uma brecha para o contato com os personagens que aqui nos interessam em função de sua origem racial.

Começamos por anunciar Lordão, a partir da apresentação de Bittencourt (1914, p. 139, grifo nosso):

Graciliano Fontino Lordão: ‘Afamado latinista e professor’. Nasceu na Cidade da Parahyba a 12 de Agosto de 1844. ‘Dedicando-se ao magisterio, foi um esforçado professor primario durante longos annos’. Homem de bôa estatura, ‘mas de côr, dotado de superior intelligencia’, profundo em latinidades, foi por diversas vezes ‘deputado provincial e occupou cargos de responsabilidade nas repartições’ arrecadadoras da Parahyba. A 13 e Março de 1906 aposentou-se como administrador da Recebedoria de rendas da Capital do Estado. Nesse mesmo anno falleceu. Organizou a primeira lei de sellos do Estado. Era socio do Instituto Histórico e Geographico da Parahyba.

Outros homens negros integram o livro. Além de ‘homem de bôa estatura, mas de côr’, como Lordão, eles foram adjetivados pelos traços de origem. Cícero Brasiliense de Moura é retratado como ‘mestiço de sangue’.

‘Professor, advogado e jornalista’. Nasceu na Parahyba mais ou menos em 1863. Mestiço no sangue, demasiado modesto, desconhecido quasi, é, no entanto, superior na intelligencia e ‘profundo na illustração’. Vive no seu recanto, de onde só sae forçado pelas circumstancias: ‘para dar aula no lyceu ou na escola normal’, ou para advogar alguma causa justa. Com decidida queda para as conquistas intellectuais, é ‘jornalista de pulso, advogado influente’ e homem de largo conceito á Parahyba (Bittencourt, 1914, p. 111, grifo nosso).

José Manuel dos Anjos é descrito como “‘Mulato’ turbulento de pasmosa agilidade e ‘poeta’ de grande inspiração e valimento. Nasceu na Parahyba em 1874” (Bittencourt, 1914, p. 218, grifo nosso). Um personagem que sobressai nas pesquisas sobre história social (Rocha, 2012) e história da educação paraibana (Costa et al., 2012), Cardoso Vieira também figura na obra.

Manuel Pedro Cardoso Vieira: ‘Mulato’ de superior intelligencia e ‘de erudição máxima, grande na cultura jurídica, na advocacia, no jornalismo e

na oratória'. Nasceu em Jacoca, 'formando-se em direito no Recife', depois de um curso brilhantíssimo. Era de alta estatura e de orgulho desmedido, graças talvez á 'ingratidão da cor'. Mas tinha talento de sobra e erudição vastíssima, e o que em parte lhe 'attenuava aquelle traço moral' (Bittencourt, 1914, p. 259, grifo nosso).

Vicente Gomes Jardim é outro 'illustre paraibano' referido como 'homem de cor':

Vicente Gomes Jardim - Pedreiro habilissimo. Nasceu na Parahyba a 16 de Setembro de 1841. Com um geito especial para a arte da pedra, considerado mesmo habil e distincto artista, 'publicou em 1891, no Recife, o Manual do architecto brasileiro', considerado pelo diario do Recife 'trabalho de grande utilidade aos que se dedicam á arte de pedreiro e construcções'. Na 'Revista do Instituto' foi publicado um seu trabalho - 'Monographia da cidade da Parahyba' (vol. 2, pag. 85 e vol. 3, pag. 83). Foi agrimensor das terras da marinha e também se 'dedicou á literatura'. Era 'homem de cor', mas muito asseiado, polido e robusto. Falleceu em avançada idade, a 16 de Setembro de 1905 (Bittencourt, 1914, p. 307, grifo nosso).

Além desses, a historiografia paraibana vem se debruçando sobre a figura de Elyseu Elias César (1871-1923), que não foi retratado por Liberato Bittencourt, mas aparece como importante personagem negro no período de transição do Império para a República (Rocha & Flores, 2015), e que guarda características afins aos mencionados.

Como a obra de Liberato Bittencourt deixa entrever, esses sujeitos desempenharam diferentes papéis na sociedade paraibana da segunda metade do século XIX, além de atravessar fronteiras provinciais: 'professor, advogado e jornalista', 'afamado latinista e professor', 'poeta de grande inspiração', 'grande na cultura jurídica, na advocacia, no jornalismo e na oratória', 'agrimensor das terras da marinha e também se dedicou á literatura' (Bittencourt, 1914). A escrita revela traços de pertencimento racial dos sujeitos: 'ingratidão da cor', 'mestiço', 'de côr', 'mulato' indicam que tais atribuições eram de domínio público. Nascidos entre 1840 e 1870, alguns ainda vivos no momento de escrita da obra mencionada, alcançaram projeção em suas áreas de atuação, dominando a escrita, atuando como escritores, poetas, autores de trabalhos técnicos, professores, advogados, jornalistas, funcionários públicos, políticos (deputados provinciais e gerais) e partícipes de debates públicos.

A existência desse conjunto de homens negros letrados não significa que não houvesse diferenças entre eles e os membros da elite econômica e intelectual socialmente considerados brancos. A ausência de termos sinalizando

pertencimento racial na maior parte das biografias apresentadas por Liberato Bittencourt, assim como o silenciamento sobre cores ou origens em outros documentos usados para o estudo da história da educação na Parahyba do Norte oitocentista (Barros, 2017) nos permite defender esse argumento. Porém, mesmo constituindo minoria, o conjunto destacado expõe uma possibilidade de ‘ser negro’ na Província, e merece análises minuciosas sobre cada um ou sobre o grupo. Em seguida, apresentaremos a vida de Graciliano Fontino Lordão, eleito como objeto deste estudo.

DE ‘FILHO NATURAL’ A ‘CORONEL’: A TRAJETÓRIA DE LORDÃO

Nosso protagonista nasceu na capital da Parahyba do Norte, em 1844, e depois de circular por diferentes regiões da Província, faleceu na mesma cidade em 1906. Lyra Tavares, autor de *Traços biographicos do Coronel Graciliano Fontino Lordão*, obra publicada em 1907, logo após a morte do personagem em questão, é bastante vago em relação ao tema, informando apenas que ele nasceu “[...] no predio que hoje, completamente reedificado, tem o numero 22 àrua 7 de Setembro, no arrabalde – Tambiá” (Tavares, 1907, p. 3).

Não há referência à genitora de Lordão. Na procura pelo ‘fio do nome’ (Ginzburg, Castelnuevo & Poni, 1989), na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e em outros repositórios de pesquisa como os bancos de dados *My Heritage* e *Family Search*, e os documentos da Instrução Pública paraibana buscamos o nome completo, o sobrenome e separadamente os termos ‘Graciliano’, ‘Fontino’ e ‘Lordão’, mas não encontramos registros sobre seus pais ou outros parentes. Lyra Tavares afirma apenas que ele era filho de “Frei Fructuoso da Soledade Sigismundo, um dos mais afamados tribunos do seu tempo” (Tavares, 1907, p. 3). O nome da mãe aparece em documento de 1862, uma solicitação de matrícula para o Liceu Paraibano.

Ao primeiro dia do mez de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e dois na Secretaria do Lyceu d’esta Província da Parahyba do Norte compareceu Graciliano Fontino Lordão, ‘filho natural de Agueda Inocência dos Martírios’, natural d’esta cidade, com dezoito annos de idade; e apresentou despacho do Sr. Director mandando que fosse matriculado na Aula de Philosophia, como requeria em sua petição, acompanhando; na qual se achava inscripta a verba de ter pago imposto de trez mil e duzentos reis, e para constar lavrei o presente termo, que vai por elle assignado comigo Secretario da Instrução Pública (Paraíba, 1862, grifo nosso).

Não encontramos outras referências a Agueda Inocência dos Martírios nas diferentes fontes consultadas, o que impossibilitou saber sobre sua história, se era

livre, liberta ou escrava, que profissão desempenhava, se tinha contato com o universo letrado ou outras informações que poderiam ajudar a compor o quadro sobre o filho notável.

Embora apresentada sem mais delongas pelo biógrafo, a vinculação a um frei católico, proeminente personagem na sociedade local, merece destaque tendo em vista as relações entre a religião católica e o Estado Imperial. Intelectuais negros de outras províncias também contaram com relações de compadrio e proteção herdadas de pais clérigos, a exemplo de José do Patrocínio, filho de uma mulher de origem escrava com um religioso branco (Souza, 2015). Além de frei, o pai de Lordão ocupava espaços importantes na instrução paraibana: docente de inglês e francês no Liceu Paraibano, instituição mais prestigiosa da província (Ferronato, 2012), ele chegou a diretor da Instrução Pública entre 1865 e 1866. A parentalidade é, ademais, um aspecto importante na transmissão da profissão docente no século XIX, como demonstram pesquisas sobre professores imperiais (Munhoz & Vidal, 2016), e pode ser vista em relação a outros homens negros do período, como Philippe José Alberto Junior (1824-1887), baiano radicado na Corte, professor de prestígio, esposado com uma mulher que também era mestra e cujos filhos herdaram a profissão dos pais (Villega, 2012).

Há poucos elementos sobre a relação entre Graciliano e seu pai. O biógrafo afirma que “[...] aos 7 annos matriculou-se na escola particular do Cap.^m José Pereira Dourado, que funcionava á rua de S. Francisco, por traz da Cathedral” (Tavares, 1907, p. 3), sem revelar o adulto responsável pela vida escolar da criança. A ausência de registros de matrícula entre as fontes disponíveis não permite identificar quem arcou com as despesas com as aulas. Poderia ter sido frei Fructuoso ou Agueda, mulher negra de quem não se sabe a profissão e envolvida numa relação ilegítima – o documento de matrícula no liceu definia Graciliano como ‘filho natural’, ou seja, filho de uma relação não reconhecida pela igreja – ou ainda algum outro personagem que porventura pudesse ter apadrinhado Lordão. O autor continua: “[...] em 1859 fez exame de francez, e revelava-se já com admiravel dedicação ao estudo do latim, sendo tal o seu aproveitamento que desempenhava nas aulas as funções de segundo mestre” (Tavares, 1907, p. 3). No ano seguinte seria aprovado no exame dessa língua. Porém, “[...] não sendo validos na Academia nem no Seminario de Pernambuco os exames aqui feitos, requereu com outros a Assembléa Geral a sua validade [...]. Desesperançado de obter que fosse deferido o seu pedido continuou a estudar preparatorios, habilitando se para opportunamente prestar novos exames” (Tavares, 1907, p. 4). Segundo o biógrafo, “[...] em 1861 fez exames de inglez e geographia” (Tavares, 1907, p. 5). Nesse período teria ocorrido um entrevero entre pai e filho.

Até 1860 viveu sob a protecção de Frei Fructuoso, o Padre Mestre, como era vulgarmente conhecido. Nesse anno, porem, havendo-se inutilizado em um

vaso de agua forte, um par de botões que possuía, presenteados por Frei Fructuoso, soffreu severa reprehensão que considerou aviltante e injusta, e resolveu não mais aceitar beneficios de seu protector (Tavares, 1907, p. 4).

Não há explicação para o ocorrido além dos botões avariados, um motivo aparentemente banal. Que espécie de repreensão seria tão ‘aviltante e injusta’ a ponto de provocar o rompimento entre pai e filho? Algum tipo que remeteria à escravidão ou à origem negra de Graciliano? Não temos resposta, mas após o desentendimento, ele

[...] começou a leccionar latim a um filho de Francisco das Chagas Galvão, empregado de fazenda e irmão do Conselheiro Raphael Galvão, percebendo 4\$000 mensaes! Com essa insignificantissima importancia comprava a fazenda e ele proprio costumava a roupa que vestia, sem nunca mais recorrer a Frei Fructuoso [...] (Tavares, 1907, p. 4).

No mesmo período que se dedicava a ensinar latim, matéria em que se diplomara, Lordão estudava filosofia e retórica no liceu paraibano. Frei Fructuoso lecionava na instituição, sendo designado diretor da Instrução Pública no mesmo período. As questões referentes às primeiras letras são válidas para o acesso de Lordão ao secundário. Teria o pai intercedido em sua solicitação de matrícula? Porventura a ‘insignificantissima importancia’¹ que o professor amalhava nas aulas particulares pagava as taxas escolares, ou ele precisaria da ajuda paterna? Apesar do rompimento ocorrido em 1860, o biógrafo comenta que as aulas de latim permitiram a ele “[...] nunca mais recorrer a Frei Fructuoso, em cuja casa fazia unicamente as refeições, para obedecer a sua vontade, e não se tornar publico o ressentimento que conservava contra o seu proprio pae” (Tavares, 1907, p. 4). Ou seja, o vínculo entre pai e filho se mantivera, sendo possível levantar a hipótese do apoio paterno para o estudo secundário de Lordão no liceu paraibano, local de formação das famílias abastadas da região (Miranda, 2017).

Diferente de muitos contemporâneos, inclusive homens negros como Cardoso Vieira e Elyseu Cezar, Lordão não frequentou a Faculdade de Direito de Recife, polo de formação das elites intelectuais e econômicas da região Norte. A saúde frágil foi a justificativa encontrada pelo biógrafo para explicar essa lacuna: “[...] em 1863, quando estava preparado para matricular-se no curso superior,

¹ Para comparação, Heloísa Villela (2012, p. 163) comenta que Philippe José Alberto Junior, entre 1859 e 1869 lecionou no ensino primário do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, onde “[...] recebia um ordenado de 200\$000 réis tendo ao final do ano recebido um presente pelo trabalho realizado durante o ano letivo no valor de 50\$000 réis”. Ainda que a autora não mencione se o valor de 200\$000 era mensal, trimestral ou anual, e as alterações ao longo dos dez anos de dedicação à escola, é uma diferença significativa em relação a quanto Lordão amalhava no início de sua carreira, no mesmo período.

sofreu um congestão cerebral, sendo medicado pelo Dr. Antonio da Cruz Cordeiro, que fel-o resolver-se a transferir sua residencia para o interior” (Tavares, 1907, p. 5). Não encontramos evidências da transferência imediata, ou eventual registro da ‘congestão’ em outras fontes. Porém, nos anos seguintes, Lordão iniciaria um movimento de idas e vindas entre diferentes cidades do interior e pela capital, tendo como motivação para as mudanças a atuação como professor e, posteriormente, a política.

Mesmo antes disso, ainda estudante de retórica e filosofia no Liceu, Graciliano empenhava-se na carreira docente, buscando outra colocação além da de professor particular de latim. Em agosto de 1864, ele apresentou um requerimento ao diretor da Instrução Pública a fim de “[...] ser admittido ao concurso da cadeira de latim de Pombal” (O Publicador, 1864a). O pedido foi deferido e Lordão participou do certame, mas não alcançou a vaga (O Publicador, 1864b). No mesmo mês, se dirigia outra vez ao governo provincial “[...] pedindo licença para ensinar primeiras letras, latim, francez e inglez em qualquer parte da provincia” (O Publicador, 1864c). A solicitação foi concedida e a portaria publicada: “O presidente da provincia, a requerimento de Graciliano Fontino Lordão, lhe concede licença para ensinar as linguas portugueza, latina, franceza e ingleza em qualquer ponto da provincia. Deu-se conhecimento ao director da instrucção publica” (O Publicador, 1864d).

No mesmo dia, e nos subsequentes, um anúncio emoldurado por desenhos volteados era publicado no periódico: “Graciliano F. Lordão acaba de obter licença da presidencia para ensinar portuguez, latim, francez e inglez, e tem aula aberta no beco da Companhia, casa n. 2, onde póde ser procurado” (O Publicador, 1864d). A ênfase na permissão da presidência legitimava o professor, servindo de chamariz para as famílias interessadas em mestres particulares. Como nas demais províncias brasileiras (Limeira, 2010) e do mesmo modo que outros mestres paraibanos (Miranda, 2012), Lordão recorria à imprensa a fim de aumentar a quantidade de alunos e, conseqüentemente, seus rendimentos e sua influência na sociedade. O anúncio se repetiu por alguns dias, porém não encontramos registros das aulas, não conseguindo saber se ele teria conseguido os desejados alunos ou se teria continuado lecionando apenas latim.

Como era comum no século XIX, Lordão desempenhava diferentes atividades além dos estudos e da docência. Aos 20 anos de idade, aluno do liceu paraibano, mestre particular e empenhado em entrar no ramo da instrução pública, ele participava da irmandade de pardos Nossa Senhora das Mercês. Parte de um conjunto de associações semelhantes existentes em diferentes cidades da Parahyba do Norte (Lima, 2010) desde o século XVII, as irmandades eram voltadas aos diferentes grupos que compunham a sociedade, divididas em espaços para brancos, pretos e pardos. Segmentavam-se, ainda, entre as de escravos e as de homens livres (Alves, 2006). Para Lordão, um homem pardo livre, componente da elite ilustrada

da Província, conhecido pela dedicação à fé católica, a participação em uma associação desse gênero devia ser natural. Por algumas semanas, ele assinava notas como escrivão da associação, publicadas na imprensa.

Domingo, 18 do andante, pelas 10 horas do dia, devendo ter lugar na igreja das Mercez desta cidade a eleição dos officiaes e mesarios que devem funcionar no anno compromissal de 1864 a 1865, de ordem do Sr. juiz da respectiva irmandade, convida-se geralmente a todos os Srs. irmãos para comparecerem na referida igreja em o dia e hora marcada supra. O escrivão, Graciliano F. Lordão (O Publicador, 1864e).

A presença de professores em irmandades religiosas era corriqueira no período imperial, sendo um elemento importante da sociabilidade docente: “De tal forma, da casa para a rua, podemos observar professores públicos e adjuntos participando de variados círculos sociais. Faziam parte de sociedades, institutos, agremiações e congregações” (Borges, 2014, p. 184). Para Angélica Borges, isso demonstra “[...] diferentes dimensões das atividades do professor público na Corte em consonância com as questões em debate na época” (2014, p. 185). Lordão não apenas exercia tal atividade como aos poucos ingressaria na política partidária e realizaria outras atividades concomitantes à docência.

No final de 1865, Lordão deixava a capital após ser nomeado professor público primário em Cuité, cidade próxima à fronteira com a província do Rio Grande do Norte (O Publicador, 1865a). Seria o início de seus deslocamentos, em função das vagas como professor na instrução pública ou, em idade avançada, por conta do cargo que ocupou na administração estadual, já no período republicano. Apesar das tentativas de mudança para outras cidades como Pombal e Areia, onde desejava lecionar latim, no ano seguinte ele continuava em Cuité, obtendo a concessão da licença para ensinar em qualquer parte de província: “Requerimento de Graciliano Fontino Lordão pedindo por certidão o theor da portaria, que lhe concedeu licença para leccionar, latim, francez, inglez, em qualquer parte da provincia. - Como requer” (O Publicador, 1866a).

Se não conseguira a nomeação para a cadeira de latim em Areia, como intentara, ao menos foi removido para Pombal (O Publicador, 1867a), para onde desejava ir desde o final de 1865. Menos de dois meses depois ele seria transferido para a capital, passando a ocupar a segunda cadeira do ensino primário no bairro Alto (O Publicador, 1867b). No ano seguinte a perderia, quando, “[...] com a ascensão ao poder do partido conservador, foi despensado da comissão e voltou ao seu lugar vitalicio o funcionario effectivo” (Tavares, 1907, p. 5). Esta é a primeira menção do biógrafo aos posicionamentos partidários de Graciliano, que se intensificariam nos anos seguintes.

Em novembro de 1868, Lordão foi considerado habilitado para prestar concurso para professor de primeiras letras das cidades de Areia, Souza, Villa de Bananeiras, Ingá e Catolé do Rocha (O Publicador, 1868a), e para Cajazeiras e Cuité (O Publicador, 1868b), sendo nomeado para Cajazeiras, no extremo oeste da Província.

Na presidencia do Conselheiro Theodoro Machado foram postas em concurso as cadeiras não providas, e apesar de adversario politico da situação dominante, foi nomeado para Cajazeiras, depois de ter feito brilhante concurso. Não lhe convindo pela distancia, obteve ser removido para Fagundes, donde foi depois transferido para Campina Grande (Tavares, 1907, p. 5).

Poucos meses depois, seria removido de Cajazeiras para Fagundes, a seu pedido (O Publicador, 1869). Um mês antes, ele contraíra matrimônio com Francisca de Lima Lordão, com quem teve dois filhos. Não identificamos outras referências a cônjuge na documentação consultada. Informações sobre sua família, origem e idade, se exercia algum ofício ou sua 'cor' ou 'qualidade' não foram encontradas. Não sabemos, ainda, que redes de relações teriam sido acessadas por Lordão a fim de alcançar a remoção para Fagundes, ou o motivo do interesse pela região. O ambiente político próximo pode ter justificado a escolha, ou talvez a disponibilidade da vaga. A transferência seguinte, para Campina Grande, município ao qual Fagundes pertencia, também não deixou indicativos. Há poucos registros sobre sua vida em Fagundes, e acerca da transferência para Campina Grande. Mas o período vivido em Campina Grande e sua atuação como professor ficaram registrados em obras 'oficiais' da cidade como a de Elpídio de Almeida (1962, p. 323, grifo nosso) que ao tratar do ensino no município, afirma: "Houve no século passado professores de escol [sic], profundamente versados nas disciplinas que ensinavam. 'Fizeram época Graciliano Fontino Lordão', João Gomes do Barbosa e Almeida, Maximiano Lopes Machado". Sua presença numa escola noturna no município, que será destacada no tópico seguinte, é outro dado importante.

A aproximação da atividade partidária se manifestou de forma explícita quando fixou residência em Pedra Lavrada e "[...] começou alli a desenvolver se a sua capacidade politica" (Tavares, 1907, p. 6). Talvez a opção pela transferência de Campina Grande para aquela cidade em 1875 tenha sido deliberada. Segundo Tavares (1907, p. 6), "[...] alquebrado pela sua idade e constantes labores, o Cap^m. Antonio Gomes teve no Coronel Lordão valiosissimo auxiliar na direcção dos negocios politicos locaes, e em 1878, com a morte do chefe liberal, o ardoroso democrata impunha-se á sua successão". A imagem que o autor da biografia deseja immortalizar é a de um político hábil e probo. Segundo ele, "[...] conciliador e habil, o novo chefe procurou reunir os adeptos de seu partido, grangeando a estima de todos

pela preocupação que logo denotou de dedicar-se principalmente ao desenvolvimento material da localidade” (Tavares, 1907, p. 6). Na região de Pedra Lavrada, o professor começava a construir fama e renome, que se consolidariam na década seguinte, alcance marcado pelo reconhecimento como ‘coronel’.

Em 1881, Lordão seria eleito deputado estadual pelo Partido Liberal. O biógrafo informa, ainda, que “[...] reunida a Assembléa em 1882, foi escolhido para a comissão de instrução pública” (Tavares, 1907, p. 7), talvez em reconhecimento pelos anos dedicados à docência. Reeleito na legislatura seguinte, ele continuaria como deputado provincial nos biênios subsequentes, perfazendo quatro mandatos no cargo (Almanak do Estado da Parahiba, 1899).

A carreira política se desenvolvia concomitantemente ao magistério, que Graciliano desempenharia até 1888. A profissão imprimiu uma marca definidora na vida de Lordão. Em agosto de 1889, por exemplo, ao ser nomeado para a comissão de combate à seca, fora identificado como ‘professor’ (O Liberal Parahybano, 1889).

A identidade docente se mesclava a outra qualificação que acompanhava as menções a Lordão, também representando prestígio: a de ‘coronel’. Não encontramos registros de sua participação na Guarda Nacional, mas em 1891 ele era nomeado tenente Coronel².

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil

Faz saber aos que esta Carta Patente virem, que resolve nomear Graciliano Fontino Lordão para o posto de Tenente Coronel Comandante do 35º Batalhão da Guarda Nacional das comarcas de Borborema e Soledade do Estado da Parahyba do Norte [...]. (Brasil, 1891).

Até a última década do século XIX, Lordão era citado nas fontes apenas por seu nome, eventualmente denominado de ‘professor’ e, após 1883, ocasião do primeiro mandato, começou a ser designado ‘deputado’. A primeira qualificação como ‘tenente coronel’ encontrada na documentação foi em dezembro de 1895, quando o jornal A União publicava uma “[...] lista dos deputados estadaes [sic] [...]”

² A pesquisa realizada durante o doutorado foi infrutífera em relação à obtenção do título de coronel. Em nossa tese (Barros, 2017) levantamos a hipótese que o título de Lordão teria sido dado por aclamação, um reconhecimento público de sua importância na Província, tal como referido por Maria Izaura Pereira de Queiroz (1975, p. 173, grifo do autor): “Extinta a Guarda Nacional pouco depois da Proclamação da República, persistiu, no entanto a denominação de ‘coronel’, outorgada espontaneamente pela população àqueles que pareciam deter entre suas mãos grandes parcelas do poder econômico e político”. Alguns meses depois da tese vir a público, um tetraneto do professor Lordão entrou em contato, enviando cópias de documentos e fotografias referentes a Graciliano. Entre esse material, encontra-se a referida nomeação assinada por Deodoro da Fonseca. Agradeço a Thales Lordão pela gentileza em dividir esse documento e outros registros sobre seu parente.

e entre os elecandos encontra-se: “T^e. Coronel Graciliano Fontino Lordão” (A União, 1895). Nos anos seguintes, diferentes designações anteciparam o nome de Graciliano, intercalados com o de ‘professor’ nas notícias da imprensa, culminando com ‘coronel’. O Almanak do Estado da Parahyba de 1899 trazia o rol dos deputados estaduais paraibanos daquela década, caracterizando-o “Professor Graciliano Fontino Lordão” (Almanak do Estado da Parahyba, 1899, p. 68). Mas quando o quarto mandato foi mencionado, ele apareceu como “Tenente Coronel Graciliano Fontino Lordão” (Almanak do Estado da Parahyba, 1899, p. 74).

Após a aposentadoria, Lordão continuou atuando na esfera pública como político e ‘coronel’ que se envolvia em questões prementes da sociedade paraibana, a exemplo do combate aos efeitos da seca. O magistério permaneceu como elemento crucial em sua biografia. Um dos necrológios atestava o papel da docente na vida do homenageado.

Muito moço ainda, dedicara-se ao magisterio, prestando relevantísimos serviços a diversas localidades do interior, e elle tinha extraordinario prazer em communicar a todos os e os discipulos tudo quanto sabia, o que era bastante para se viver com fulgor na sociedade.

Durante o tironicio pedagogico, como se fosse dotado de qualidades politicas de fino quilate, Graciliano Lordão adquirio enorme prestigio popular e esse elementos valeo-lhe excellente posição no campo das antigas lutas partidarias do regimen imperial (O Commercio, 1906 apud Tavares, 1907, p. 19).

Lordão começou seu ‘tirocinio pedagogico’ no início dos anos 1860 e se aposentou como professor em 1888, perfazendo quase três décadas de atuação docente. Além do ‘enorme prestigio popular’, do papel que essa posição lhe deu no ‘campo das antigas lutas partidarias do regimen imperial’, e da importância dessas questões na construção de sua imagem, que impacto Graciliano Fontino Lordão teria causado nas diferentes regiões paraibanas onde viveu, sendo um professor negro? Por outro lado, mudando o foco da questão, a origem negra teria impactado de que maneira na trajetória docente desse sujeito?

A ‘COR’ DO PROFESSOR

A origem negra de Graciliano Fontino Lordão não é evidente na maioria dos documentos utilizados como fontes para o estudo da educação paraibana. Como era corriqueiro na sociedade brasileira oitocentista, a identificação racial estava ausente da produção oficial, não existindo alusões a cor ou raça nos ofícios e notícias acerca de professores provinciais. O biógrafo não se refere ao pertencimento de

Lordão, nem mesmo mencionando o nome de sua mãe ou a condição de ‘filho natural’ (filho de mulher solteira), o que é compreensível diante do caráter laudatório da obra e da época em que foi escrita. Porém, uma leitura atenta apresenta indícios dessa origem, como no texto publicado por ocasião da morte do personagem: “A obscuridade de seu nascimento deu maior realce á força de sua vontade, ao valor de seus meritos, ao poder pouco commum de sua grande habilidade” (A União, 1906 apud Tavares, 1907, p. 21). A ‘obscuridade’ seria uma metáfora de sua origem? O autor da biografia manteve o uso do termo.

O notavel parahybano e habilissimo politico que viveu na ‘obscuridade de sua incomparavel modestia’ e finou-se na tranquillidade de suas grandes virtudes, foi um desses homens que figuraram desambiciosa e expontaneamente no meio social em que tiveram de exercitar a sua actividade, em accentuado destaque, sem instantes de tonturas nem momentos de declínio. Quem houver conhecido a luta incessante do velho liberal, que ‘percorreu com lustre a escalla das posições sociaes’, desabrigado de estranhos amparos, attingindo o posto honrosissimo em que morreu, ha de evidenciar nas suas mais insignificantes particularidades, traços indiscutíveis de um espirito rezistente e de descortino pouco vulgar (Tavares, 1907, p. 1, grifo nosso).

A ‘escalla das posições sociaes’ também parece aludir ao êxito que o biografado teve, a despeito da origem. Poucos anos depois, ao elencar os ‘paraibanos ilustres’, Liberato Bittencourt descortina a obscuridade, ao afirmar com pesar – denunciado pelo uso do ‘mas’ – que entre as características do ‘homem de boa estatura’ estava o fato de ser ‘de côr’.

Atualmente, na perspectiva da história da educação da população negra, essa característica interessa sobremaneira. Como a trajetória de Lordão poderia ter sido afetada por ela? Vale dizer, qual o significado da existência de um professor negro, que transitava por diversos ambientes públicos, no contexto da expansão da escolarização paraibana? E para a atuação de Lordão, a cor interferia no cotidiano docente? Como se dava sua circulação nos ambientes letrados da província? Porventura ele teria mantido algum tipo de relação com outros homens negros ilustres contemporâneos? Haveria algum impacto para os alunos em ter um professor negro? Especialmente para os alunos negros, o que isso representaria? Vale lembrar que a Parahyba do Norte contava no século XIX com uma expressiva presença negra entre a população³.

³Segundo a historiadora Solange Rocha (2009, p. 112). “[...] em 1811 a população da Paraíba era composta principalmente por negros (73.794 de um total de 122.407), sendo 61.458 de pardos e 12.336 de pretos. No que se referia à condição jurídica uma maioria de negros era de livres (56.161) e uma minoria de escravos (17.633); o grupo dos pardos manteve-se em crescimento, com seus 61.458 indivíduos, que correspondiam a 50,2% da população total e 83,2% da negra”. Em 1872, “[...] da população total (376.226) a maioria era

Embora as fontes até agora localizadas não permitam responder a grande parte das perguntas anteriores, é possível levantar hipóteses. Um momento importante é a primeira mudança de Lordão para o interior da província, em função do resultado do concurso para professor. Ele havia tentado a vaga para a cadeira de latim da cidade de Pombal, e ficado em segundo lugar. Afinal, conseguia uma colocação: “Em 1865 o Dr. João Leite Ferreira, que exercia o cargo de Director da Instrucção Publica, genro do então Prezidente da Provincia Dr. Felizardo Toscano de Britto [...] pediu e obteve a sua nomeação para professor do Cuité” (Tavares, 1907, p. 5). É importante atentar para o fato de que ele tinha sido aprovado para latim, mas foi nomeado como professor de primeiras letras. Menos de dois meses depois, Lordão requeria ao diretor da Instrução Pública a colocação na cadeira de latim disponível na cidade de Areia (O Publicador, 1865b). O pedido não foi atendido, pois um ano depois ele continuava como professor em Cuité.

Essa dinâmica se repetiu: a tentativa de lecionar latim e a permanência em cadeiras de primeiras letras. O fato de ser pardo teria influenciado na perpetuação da posição de menos prestígio? Não há resposta objetiva, mas alguns indícios ajudam a descortinar essas relações. Em longo artigo publicado em dezembro de 1866, um autor anônimo louvava a atuação de Lordão como professor de primeiras letras em Cuité.

- A pedido.

Não será indifferente ao Exm. presidente da provincia, e ao publico sensato, o facto que vamos referir; facto que prova ao primeiro, que não foi inutil a confiança, que depositou em seu governado e testemunha ao segundo que o nosso amigo Graciliano Fontino Lordão, professor 'interino de primeiras letras da villa 'do Cuité se faz ainda mais credor da estima e consideração, com que sempre a apreciou, 'apezar dos baldões dos Manés lettrados'.....

[...] No dia 20 de novembro foi apresentado á 'exame d'arte latina' por aquelle nosso amigo, um menino de idade de nove annos, filho do capitão Antonio Gomes Barretto; o acto teve lugar no paço da camara municipal d'aquella villa.

[...] O acto esteve bastante solemne, pelo grande concurso de 'povo de todas as classes e cathogorias', que de muitas partes veio assistir á um acto, até então nunca visto n'aquella villa, apezar de estar creada aquella cadeira d'esde 1836.

A pouca idade do menino, a seguridade com que respondia, e a consciencia, do que sabia, movião a todos uma seria admiração.

negra, isto é, somavam 221.938; dessas, 188.241 eram pardas e 33.697 pretas [...]. Uma parte menor dessa população era escrava, 21.526 cativos, e a ampla maioria de livres, 354.700 pessoas”.

Na porta do edificio estava postada uma banda de musica marcial, vinda do Rio-Grande do Norte.

Findo o exame, sahio o cortejo, precedido da musica até a casa do examinado, onde pelo pai, d'este foi offerecido á comitiva um bem preparado copo d'agua.

Varios brindes ás pessoas mais proeminentes tanto d'esta como d'aquella localidade forão freneticamente applaudidos, tocando sempre a banda de musica.

'É assim, que o nosso amigo se desaffronta dos zoilos', que pretendião 'deslustrar' seu merecimento, é assim que o nosso amigo corresponde á confiança, que n'elle depositou o Exm. presidente da provincia; é assim finalmente, que o nosso amigo corresponde ás sympathias do publino (sic) sensato, que sempre o apreciou, e faz-se mais recommendaveis aos pais de familia mais util á sua provincia, mais necessario á seu paiz.

Não houverão exames de primeiras letras, pelo atrazo em que se achavão os alumnos; mas para calar alguns maliciosos importa-nos dizer, que os alumnos, que o nosso amigo achou apenas sommando, e recitando maquinalmente algumas regras de arithmetica, deixa-os, depois de nove mezes lectivos, regendo grammatica portugueza e muito adiantados em contabilidade.

Honra pois ao Exm. presidente d'esta provincia, que se houve com tanto discernimento na escolha de nosso amigo; honra ao nosso amigo pelo bom desempenho com que se tem havido nas funcções de seu magisterio. Pela nossa parte felicitamos aos habitantes do Cuité, pela felicidade, que lhe deparou com tão excelente mestre, tão sincero amigo e tão util cidadão (O Publicador, 1866b, grifo nosso).

Não encontramos pistas de quem seriam os 'manés letrados' que teriam proferido 'baldões' (impropérios) contra Lordão, e a quem ele teria provado seu valor com o resultado em 'arte latina' do menino de nove anos. Outra pista instigante é a indicação de que o evento contou com 'grande concurso de povo de todas as classes e cathegorias, que de muitas partes veio assistir á um acto, até então nunca visto n'aquella villa, apesar de estar creada aquella cadeira d'esde 1836'. A menção a 'todas as classes e cathegorias' pode ser uma alusão a cores e pertencimentos jurídicos (escravos, libertos, livres). E qual seria o ineditismo do 'acto nunca visto n'aquella villa', mesmo que a cadeira já tivesse três décadas? Talvez a cor do mestre?

Segundo o autor apócrifo, com o sucesso do exame, "[...] nosso amigo se desaffronta dos zoilos, que pretendião 'deslustrar' seu merecimento [...]", sem nomear os 'zoilos' (detratores) ou expor as motivações por trás das afrontas. Teria a origem negra do professor incomodado parte dos habitantes da região? Não

encontramos alusões em outros jornais consultados. Apesar do sucesso como mestre, já que segundo o autor anônimo, teria encontrado os alunos “[...] apenas sommando, e recitando maquinalmente algumas regras de arithmetica, deixa-os, depois de nove mezes lectivos, regendo grammatica portugueza e muito adiantados em contabilidade [...]”, talvez os ‘maliciosos’ tenham tido parte da responsabilidade pelas sucessivas tentativas de Lordão em se mudar de Cuité, alcançada logo em seguida.

Em julho de 1868, o nome de Lordão novamente aparecia na imprensa, desta vez respondendo a uma denúncia. O motivo foi uma situação em sua aula, envolvendo um aluno identificado como ‘filho da escrava’. Se em Cuité um anônimo havia produzido a nota em desagravo, respondendo aos detratores, nessa ocasião o próprio professor se defendia da ‘censura pública’ feita por parte de um assim denominado ‘anunciante’ no jornal da Parahyba. Por meio de um longo texto, Lordão respondia a acusação de rigor exagerado e, ao mesmo tempo, de ‘relaxação’ para com os discípulos. Ele resumia o ocorrido.

Cumpre-me tambem declarar ao Sr. annunciante cujo nome mui bem fez em occultar que faltou a verdade quando disse haver a escrava mãi da ‘pobre criancinha’ rigorosamente ‘castigada’, desautorizando-me em a propria aula pelo excessivo castigo de seu filho, ella nenhuma cousa mais fez do que perguntar-me, se o filho tambem estava complicado na desordem, cujo inquerito eu acabava de proceder e eu lhe respondi que - sim -; porém o contrario disso é forçoso confessar que é manifesta calumnia; porque (não me refiro a escravos) se alguem tivesse o arrojo de desautorisar-me em o meu desempenho do meu misterio, eu teria força e energia necessaria, para na fórmula da lei, desaffrontar a minha dignidade aviltada e mostrar aos que á tanto levão o seu pensamento, que um professor tem superiores a quem devem recorrer os que delle se julgarem offendidos, em materia de seu officio (O Publicador, 1868c, grifo do autor).

O texto é uma brecha importante para a prática docente de Lordão. Além de evidenciar a presença negra (ou de filhos de escrava) entre os alunos da instrução pública, a fala do professor foi contundente em relação ao que entendia como tentativa de ‘desautorizá-lo’. Ele defendia que independente da pessoa que o acusasse (‘não me refiro a escravos’), devia ser respeitado, sua dignidade mantida e que as reclamações sobre seu ofício deveriam ser encaminhadas às instâncias corretas (‘superiores’). O esforço em se posicionar nesse episódio teria como pano de fundo o fato do professor ser um homem ‘pardo’, segundo sua própria definição (já que pertencia a uma irmandade de pardos)? Sua cor teria papel predominante nas críticas ou o posicionamento político (nesse momento ele já era ligado ao Partido Liberal) seria suficiente para o periódico, ligado ao Partido Conservador ter se manifestado? É impactante pensar num professor ‘de côr’ com um aluno ‘filho da

escrava’, numa escola pública oficial num período em que o regulamento vigente interditava a matrícula e frequência nesses espaços (Barros, 2016).

Outro momento chave para refletir sobre o papel da origem negra na atuação de Lordão é seu desempenho no ensino noturno, em Campina Grande. Em 1873 ele aparecia na *Falla* do presidente provincial à Assembleia Legislativa, quando esse tratava do ensino particular na província. Elencados alguns exemplos de estabelecimentos particulares no interior da província “[...] com o fim humanitário de recolher e educar orphãos desamparados [...]”, Francisco Teixeira de Sá afirmava que

Tambem na cidade de Campina Grande fundou-se uma escola nocturna, regida gratuitamente pelo professor Graciliano Fontino Lordão, e sustentada á custa de particulares para esse fim associados. - Conta ella 35 alumnos matriculados e assiduos (Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte... 1873, p. 23).

Primitivo Moacyr (1939, p. 462, grifo nosso), também mencionou a experiência, transcrevendo o relatório provincial:

1873. ‘Em Campina Grande há uma escola noturna regida pelo professor Graciliano Fontino Lordão e mantida a custa de uma associação. Conta 55 alunos. O espírito de associação vai aparecendo, posto que em pequena escala e como que a medo. Faço votos, diz o presidente, para que esses poderosos promotores de grandes empresas se desenvolvam e produzam todos os bons frutos de que são capazes’.

Apesar da discrepância no número de matriculados, ambos ressaltavam a importância da iniciativa. Os olhos da administração estavam voltados para o professor Lordão e seu empenho numa questão que começava a se tornar cara em todo Império: a educação noturna. Além do professor, outros teriam participado da iniciativa, já que, de acordo com o relatório, a escola era mantida por uma associação. Vale atentar para o dado de que a escola era ‘regida gratuitamente’, o que indica que Lordão seria um entusiasta da iniciativa. Mas, também, podia ser uma oportunidade de aumentar os vencimentos. Não encontramos testemunhos sobre os associados que teriam contribuído para o projeto ou documentos com informações sobre os alunos. Sabemos que a ação teve continuidade, pois no ano seguinte o professor recebia do governo provincial a concessão de uma gratificação anual de 450\$000, em função de suas atividades na aula noturna (Paraíba, 1873).

Ainda que breve, é interessante atentar para o período em que Lordão viveu entre Campina Grande e o distrito de Fagundes. O início dos anos 1870 foi de

extrema agitação popular na região. Fagundes foi o epicentro do 'Quebra-quilos', movimento composto pela população pobre, brancos e negros, livres e escravos, que se espalhou por outras vilas e cidades da Parahyba do Norte e mais três províncias (Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas)⁴. É instigante notar que a aula noturna de Lordão aconteceu nesse contexto. Entre seus alunos, algum teria participado do Quebra-quilos? O professor teria se envolvido com o movimento? Não encontramos referência a ele na obra de Luciano Mendonça Lima sobre a sedição ou nas fontes consultadas. A dificuldade de identificar os integrantes do Quebra-quilos é inerente ao tipo de movimento e às fontes produzidas pela repressão. Mas foi uma revolta composta por “[...] agricultores, agregados, vaqueiros, ferreiros, pedreiros, marchantes, padeiros etc. Foram esses trabalhadores pobres que formaram a base social do Quebra-quilos” (Lima, 2001, p. 64). Provavelmente, categorias que frequentavam as aulas noturnas no período.

Tais elementos indicam que a origem de Lordão era um componente crucial em sua atuação como docente em diferentes momentos e modelos educativos na província paraibana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos explorar a trajetória de Graciliano Fontino Lordão, um homem 'de cor' atuando na Parahyba do Norte da década de 1860 até os primeiros anos do período republicano. Por meio das ferramentas teórico-metodológicas fornecidas pela micro-história italiana, no enalço do nome de Lordão e de rastros, indícios e sinais de sua atuação na documentação (Ginzburg, Castelnuevo & Poni, 1989), buscamos a construção de sua presença na educação provincial. A escassez de fontes foi enfrentada com o método indiciário, um “[...] método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (Ginzburg, Castelnuevo & Poni, 1989, p. 149). O entrecruzamento de fontes e as constantes indagações possíveis permitiram a realização de tal realização.

A dificuldade de ser nomeado docente de latim, a rejeição por parte de alguns membros da comunidade de Cuité por ocasião de sua atuação como professor de primeiras letras, o episódio de ter como aluno um 'filho de escrava', o envolvimento na iniciativa de aulas noturnas que tinham como público trabalhadores negros são indicativos de que o fato do professor ser negro não pode ser ignorado. Nesse sentido, a 'experiência' desse sujeito se insere na de outros personagens com origem

4 O estopim foram as medidas imperiais em nome defesa da *modernização* do país: a Lei do Recrutamento (que objetivava a criação de um 'exército moderno e eficiente') e a padronização dos pesos e medidas, com a adoção do sistema métrico francês (substituindo o sistema de pesos e medidas costumeiro). A população pobre, que se sentiu ameaçada, temendo ser levada à escravidão (Lima, 2001), e se rebelou, queimando papéis, incendiando cartórios, quebrando os pesos e medidas (Hoffnagel, 1990).

afim. A ordem vigente definia limites, mas não determinava inteiramente as ações desses sujeitos que eram ‘seres sociais’, que reagem e tinham capacidade de reflexão, que eram capazes de reagir a “[...] acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo acontecimento” (Thompson, 1981, p. 15).

Como Lordão, outros homens negros alcançaram projeção intelectual na Paraíba no Império e primeiros anos de República, período em que a participação de intelectuais negros foi de extrema relevância para o país. Hebe Mattos (2009, p. 33) defende que “[...] eles foram, de certa forma, o fruto mais democrático da modernidade escravista brasileira – com seu término, contraditoriamente, perderiam a antiga visibilidade”. Os primeiros anos republicanos produziram o apagamento dessas figuras.

Do ponto de vista da maioria dos intelectuais reformistas, era preciso democratizar a terra, a educação e o sufrágio popular, não necessariamente nessa ordem. Talvez em função disso, os planos de reforma e a mobilização dos libertos se mantiveram sem comunicação – apartados pelo *éthos* colonial predominante entre os brasileiros letrados, independentemente da cor, e pelo estranhamento decorrente, o qual se tornaria cada vez mais suscetível de leituras raciais no limiar do século XX. As trajetórias melancólicas de José do Patrocínio e André Rebouças na primeira década republicana são paradigmáticas das frustrações produzidas por esse desencontro (Mattos, 2009, p. 30).

Tal processo reforça a importância de se destacar as trajetórias de negros letrados, professores, funcionários públicos e políticos que tiveram destaque local e visibilidade no cenário provincial. A presença desses sujeitos em espaços escolares e o domínio de símbolos ligados ao letramento no final do período imperial são subsídios para a denúncia da situação posterior. Como eles, Lordão representa uma das variadas possibilidades de ‘ser negro’ no Brasil na segunda metade do século XIX. Sua trajetória ilustra as tensões vividas por uma minoria negra que, apesar das interdições advindas da pertença racial, conseguiu notoriedade, demonstrando a complexidade das relações ‘raciais’ no Brasil Imperial.

Apesar dos obstáculos que a população negra enfrentava no que se relacionava à instrução, é viável pensar a história da educação da população negra no Brasil não apenas pelo viés da exclusão ou da precariedade. A existência de homens negros letrados como Graciliano Fontino Lordão, demonstra que existem muitas maneiras de investigar sobre a instrução e a cultura escrita no período. Não sem custos, Lordão a despeito da origem, conseguiu se impor na sociedade, colaborando para o desenvolvimento da instrução paraibana, disputando respeito e reconhecimento. Apesar da escassez de fontes, é possível levantar a hipótese de que tenha contribuído com a formação de outros sujeitos, parte dos inúmeros negros

anônimos que se relacionavam com o ambiente letrado que estava sendo forjado na Parahyba do Norte.

REFERÊNCIAS

Almanak do Estado da Parahyba. (1899).

Almeida, E. (1962). História de Campina Grande. Campina Grande: Edições da Livraria Pedrosa.

Alves, N. F. B. (2006). Irmãos de cor e de fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Barros, S. A. P. (2015). O estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra. Vitória, ES: Virtual Books.

Barros, S. A. P. (2016). Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. Educação e Pesquisa, 42(3), 591-605.

Barros, S. A. P. (2017). Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX) (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Bittencourt, L. (1914). Homens do Brasil; em todos os ramos da atividade e do saber, de 1500 aos nossos dias (Vol. II). Rio de Janeiro, RJ: Livraria e Papelaria Gomes Pereira Editor.

Borges, A. (2014). A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Brasil. Secretaria de Negócios da Justiça. (1891). Carta Patente a Graciliano Fontino Lordão pelo Presidente da República Marechal Deodoro da Fonseca, 25 de maio de 1891.

Cruz, M. dos S. (2005). Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In J. Romão (Org.), História da educação dos negros e outras histórias (p. 21-34). Brasília, DF: Ministério da Educação/SECAD.

Cruz, M. dos S. (2016). A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, 36 (73), 209-230.

Costa, J. C. de C., Biserra, I. K. C., Magalhães, P. de O., Vieira, R. A., Arruda, S. L., & Costa, S. do N. (2012). História intelectual, imprensa e atuação parlamentar: uma análise preliminar do pensamento de Manoel Pedro Cardoso Vieira. In *Anais do 9º Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas HISTEBR* (p. 1-10). João Pessoa, PB.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo exm. sr. presidente da provincia, dr. Francisco Teixeira de Sá, em 6 de setembro de 1873. Parahyba: Typ. dos herdeiros de José R. da Costa, 1873.

Ferronato, C. de J. (2012). Das aulas avulsas ao Lyceu provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Parahyba do Norte (1836-1884) (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Fonseca, M. V. (2007). A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, 7 [1(13)], 11-49.

Fonseca, M. V. (2015). Padre Vitor: um educador negro no Sul da Província de Minas Gerais. In *Anais do 8º Congresso Brasileiro de História da Educação* (p. ?-?). Maringá/PR.

Ginzburg, C., Castelnuevo, E., & Poni, C. (1989). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, PT: Difel.

Hoffnagel, M. (1990). O homem livre, marginalização e manifestações políticas: o homem livre pobre na sociedade paraibana. *Ciência Histórica, Revista do Departamento de História UFPB*, 3 (n. esp.), 41-56.

Lima, L. M. (2001). *Derramando susto: os escravos e o Quebra-quilos em Campina Grande* (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Lima, M. da V. B. (2010). *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)* (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Limeira, A. de M. (2010). *O comércio da instrução no século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas* (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mattos, H. (2009). Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In K. Grinberg & R. Salles (Orgs.), *O Brasil Imperial* (Vol. 3: 1870-1889, p.15-37). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Miranda, I. V. (2012). *Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba Do Norte (1860-1889)* (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Miranda, I. V. (2017). *Tradição gloriosa: Lyceu Parahybano uma história de protagonismos (1886-1923)* (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Moacyr, P. (1939). *A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889)* (Vol. 2). São Paulo: Editora Nacional.

Munhoz, F. G. & Vidal, D. G. (2016). Experiência docente e transmissão familiar do magistério no Brasil. *Revista Mexicana de Historia de la Educación*, 3 (6), 125-157.

O Liberal Parahybano. (1889, 17 de agosto).

O Publicador. (1864a, 03 de agosto).

O Publicador. (1864b, 05 de agosto).

O Publicador. (1864c, 24 de agosto).

O Publicador. (1864d, 07 de setembro).

O Publicador. (1864e, 14 de setembro).

O Publicador. (1865a, 11 de novembro).

O Publicador. (1865b, 28 de dezembro).

O Publicador. (1866a, 03 de março).

O Publicador. (1866b, 06 de dezembro).

O Publicador. (1867a, 04 de outubro).

O Publicador. (1867b, 05 de dezembro).

O Publicador. (1868c, 20 de julho).

O Publicador. (1868a, 04 de novembro).

O Publicador. (1868b, 19 de dezembro).

O Publicador. (1869, 09 de fevereiro).

Paraíba. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, Documentos diversos, Caderno de matrículas do Lyceu Parahybano (1845-1868), 1862.

Paraíba. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, Documentos diversos, Concessão de gratificação por Benedicto Henriques, 1873.

Pinto, R. N. O. (2014). De Chocolat: identidade negra, teatro e educação no Rio de Janeiro da Primeira República (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Pinto, R. N. O., & Schueler, A. M. F. de (2012). Intelectuais negros e reformas sociais: pensamentos e projetos educacionais do Professor André Pinto Rebouças. In Anais do 9º Seminário nacional de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (p. ?-?). João Pessoa, PB.

Queiroz, M. I. P. de (1975). O coronelismo numa interpretação sociológica. In B. Fausto (Org.), História geral da civilização brasileira (Tomo III, vol. 1, p. 155-190). São Paulo, SP: Difel.

Rocha, S. P., & Flores, E. C. (2015) Trajetórias comparadas de homens negros de letras no Brasil: ensino de história, biografias, sociabilidades. In A. Oliveira, M. A. da Silva & J. L. de Q. Aires (Orgs.), Nas confluências do Axé: refletindo os desafios e possibilidades de uma educação para as relações étnico-raciais (p. 143-183). João Pessoa, PB: CCTA.

Rocha, S. P. (2012). Cardoso Vieira, um homem negro na composição das elites da Paraíba Oitocentista: Biografia, Memória e História. Revista Crítica Histórica, 6, 01-18.

Rocha, S. P. (2009). Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual. São Paulo, SP: Edunesp.

Silva, A. L. da (2017). Pela liberdade e contra o preconceito de cor: a trajetória de Israel Soares. Revista Eletrônica Documento / Monumento, 21, 1-17.

Schueler, A. F. M. de (2013). "Fazer artes e viver de ofícios": trabalho, liberdade e educação no pensamento de Manuel Raymundo Querino (1851-1923). *Anais do 27º Simpósio Nacional de História da ANPUH* (p. 1-12). Natal, RN.

Schueler, A. F. M. de (2014). Educação e abolição como projetos de reforma social: trajetória intelectual e propostas educacionais de José do Patrocínio. In G. Venâncio, L. Vianna & M. V. Secreto (Orgs.), *Sujeitos da História: perspectivas e abordagens* (p. 16-30). Niterói, RJ: EDUFF.

Souza, M. T. de (2015). José do Patrocínio: uma trajetória em meio a memórias. *Grau Zero - Revista de Crítica Cultural*, 3 (1), 167-182.

Tavares, J. L. (1907). *Traços biográficos do Capitão Graciliano Fontino Lordão. Paraíba do Norte: Tipografia Colombo.*

Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

A União. (1895, 04 de dezembro).

Veiga, C. G. (2008). Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. In *Revista Brasileira de Educação*, 13 (39), 502-516.

Villela, H. O. S. (2012). A trajetória de um professor negro no Brasil escravocrata. In I. Oliveira (Org.), *Relações raciais no contexto social, na educação e na saúde Brasil, Cuba, Colômbia e África do Sul* (p. 153-180). Rio de Janeiro, RJ: Quartet.

SURYA POMBO AARANOVICH BARROS é doutora em Educação, pela Universidade de São Paulo (USP, 2017). Professora adjunta no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba - PPGH/UFPB, João Pessoa/PB.

E-mail: surya.pombo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7109-0264>

Recebido em: 13.11.2017

Aprovado em: 09.08.2018

Como citar este artigo: Barros, S. P. A. (2018). Graciliano Fontino Lordão: um professor 'de côr' na Parahyba Do Norte. *Revista Brasileira de História da Educação*, 18(48). DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e033>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).